

Hugo Filardi

---

# Precedentes Obrigatórios Inconstitucionais

Análise crítica do sistema de  
precedentes judiciais proposto  
pelo código de processo civil

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2018



Copyright © 2018 by: Hugo Filardi

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

F478p

Filardi, Hugo.

Precedentes obrigatórios inconstitucionais : análise crítica do sistema de precedentes judiciais proposto pelo Código de Processo Civil / Hugo Filardi. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.  
224 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 181-197.

ISBN 978-85-519-0675-0

1. Direito Constitucional. 2. Código de Processo Civil de 2015. 3. Precedente. 4. Common Law. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Introdução .....	1
1. Judiciário Em Crise .....	5
1.1 O Poder Judiciário e suas Relações com o Estado e a Sociedade.....	5
1.2 Crise Econômica e Tensões Sociais.....	9
1.3 O Déficit Estrutural do Poder Judiciário para Atender aos Jurisdicionados .....	13
1.4 Constitucionalização do Direito Processual .....	20
1.5 Legitimidade Decisória e Isonomia Processual .....	26
1.6 Acesso à Justiça <i>Versus</i> Abuso do Direito de Demandar.....	33
1.7 Demandas Individuais <i>Versus</i> Demandas Coletivas .....	40
1.8 Duração Razoável do Processo <i>Versus</i> Garantismo Processual .....	44
1.9 Independência de Julgamento <i>Versus</i> Teoria Dos Precedentes Judiciais .....	49
1.10 Premissas de Atuação Sugeridas para o Poder Judiciário com Base no Novo Código de Processo Civil .....	52
2. Tentativa de Melhoria da Prestação Jurisdicional por Intermédio de Reformas Legislativas .....	57
2.1 O Futuro da Justiça, Por José Carlos Barbosa Moreira: Alguns Mitos, em Especial, o da Onipotência das Normas .....	57
2.2 Recepção do Código de Processo Civil de 1973 pela Constituição da República Federativa do Brasil De 1988 .....	63
2.3 Emenda Constitucional N. 45 .....	66

2.4 Regras Processuais trazidas pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei N. 8.078/1990) .....	68
2.5 Tutela Antecipada (Lei N. 8.952/1994) .....	73
2.6 Juizados Especiais Cíveis (Lei N. 9.099/1995) .....	75
2.7 Arbitragem (Lei N. 9.307/1996) .....	77
2.8 Ondas de Reformas Legislativas entre 2005 e 2006.....	81
2.9 Súmula Vinculante (Lei N. 11.417/2006) e Repercussão Geral (Lei N. 11.418/2006) .....	82
2.10 Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos .....	88
2.11 Novo Código de Processo Civil: Precisávamos mesmo de um Novo Código? .....	91
3. Qualidade da Tutela Jurisdicional, Gerenciamento de Demandas Judiciais e Duração Razoável do Processo .....	95
3.1 Motivação das Decisões Judiciais no Novo Código de Processo Civil.....	95
3.2 Aperfeiçoamento do Ensino Jurídico no que Tange aos Novos Direitos.....	101
3.3 Duração Razoável do Processo <i>Versus</i> Julgamentos Artificiais.....	105
3.4 Gerenciamento de Demandas e Inteligência Artificial como Instrumento de Efetividade Processual .....	108
3.5 Negócios Jurídicos Processuais .....	114
4. Convergência de Sistemas: Civil Law e Common Law .....	119
4.1 Noções Históricas: Interdependência de Poderes .....	119
4.2 “A Galinha do Vizinho é Sempre mais Gorda que a Minha.” .....	123
4.3 Análises Comparativas entre os Sistemas Civil Law e Common Law .....	126
4.4 Common Law no Direito Inglês e no Direito Estadunidense .....	129
4.5 Aplicação do Common Law no Direito Brasileiro: Evidências.....	133

4.6 Precedentes Obrigatórios <i>Versus</i> Precedentes Persuasivos.....	136
4.7 Inconstitucionalidade dos Assentos no Direito Português .....	143
4.8 Eficácia Vinculante de Precedentes no Código de Processo Civil. Como Resolver a Questão da Inconstitucionalidade? .....	146
5. Precedentes no Direito Brasileiro .....	153
5.1 Notas de Esclarecimento. <i>Stare Decisis</i> , <i>Ratio Decidendi e Obter Dictum</i> .....	153
5.2 Deveres dos Tribunais Decorrentes do Sistema de Precedentes: Uniformização, Estabilidade, Coerência e Integridade .....	157
5.3 (In)Constitucionalidade dos Precedentes Obrigatórios.....	159
5.4 Técnicas de Uniformização de Julgamentos no Código de Processo Civil De 2015 .....	162
5.4.1 Meio de revisão de decisões não unânimes em órgãos colegiados ....	163
5.4.2 Incidente de arguição de inconstitucionalidade .....	165
5.4.3 Incidente de assunção de competência.....	167
5.4.4 Recursos excepcionais repetitivos .....	168
5.4.5 Incidente de resolução de demandas repetitivas .....	170
5.5 Técnicas de Aceleração de Julgamentos.....	172
5.5.1 Poderes dos relatores.....	172
5.5.2 Sentença liminar de improcedência .....	173
5.5.3 Tutela de evidência.....	175
Conclusão .....	179
Referências .....	181